



**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, esse é um debate bastante complexo, a partir, naturalmente, da discussão sobre a constitucionalidade como também em relação ao mérito.

Eu acho que neste momento nós precisamos, já que muitos adentraram a questão do mérito, embora se discutisse primeiro a constitucionalidade, dizer que esse é um assunto que precisa ser naturalmente enfrentado. E essa frase foi usada pela Presidente da República Dilma Rousseff, numa entrevista realizada no dia 7 de janeiro deste ano. A Presidente da República afirmou que era preciso enfrentar o tema da Previdência.

Inclusive, já estavam sendo formuladas, à época, pelo seu Governo propostas para ajustar esse sistema, propostas que, em alguns aspectos, se assemelham ao que foi enviado para cá pelo Governo Michel Temer, entre eles a questão da idade mínima. A Presidente, em entrevista coletiva, afirmava à época que a população brasileira, nos últimos anos, tinha aumentado sua expectativa de vida em aproximadamente 5 anos e que haveria mais pessoas envelhecendo e se aposentando do que pessoas contribuindo.

Portanto, a visão do Governo na época era a de que haveria necessidade urgente de manter o equilíbrio do sistema previdenciário, de se fazer uma reforma da Previdência, calçada e parametrizada, sobretudo, na elevação da idade mínima.

Mas eu quero recordar aqui também que, no início desta Legislatura, o Governo mandou algumas medidas provisórias. Eu quero lembrar a Medida Provisória nº 664, de 2014, que previa, dentre algumas alterações, modificação na pensão por morte. É engraçado ver que aquela proposta, na verdade, é semelhante, ou igual, ao que está sendo proposto agora, com este texto. Ela estabelecia uma pensão inicial de 50%, acrescida de 10% por dependente. Portanto o Governo tinha aquela visão, que isso agora se reproduz novamente neste texto.

É óbvio que essa questão e esse debate têm que se intensificar. Essa reforma encaminhada pelo Governo precisará passar, e passará, por muitos ajustes. Nós precisamos, no mérito, enfrentar esse debate e fazer correções, inclusive no que for considerado de posição extrema apresentada no texto.



Eu, pessoalmente — e tenho certeza de que também a bancada do PSDB —, vou contribuir para que o texto seja modificado, aperfeiçoado e ajustado, porque a reforma da Previdência precisa fazer justiça com os trabalhadores, e não dificultar a vida deles. Portanto há uma necessidade de conciliar o equilíbrio da Previdência também com o respeito àqueles que contribuem ao longo de sua vida.

A questão do trabalhador rural tem que ser enfrentada. A questão do tempo de contribuição para se ter acesso à aposentadoria integral deve ser debatida. Aspectos que possam representar retrocessos também precisam ser discutidos, como a questão do BPC. Mas isso se dará exatamente na Comissão Especial.

Acho que o Governo deve ter a consciência de que esse texto sairá daqui com muitas modificações, com muitas alterações, para que se possam conciliar as posições que virão das diversas bancadas. Tenho certeza de que essa é a preocupação de todos neste momento. A Câmara Federal, o Congresso Nacional terão esse papel de ajustar, de aperfeiçoar um texto em que há, de fato, necessidade de modificação em vários aspectos.

Portanto eu acho que, embora tenhamos travado um embate político, com posições políticas, parece-me que, se houver generosidade, todos vão concordar que é preciso, sim, fazer reforma na Previdência, até porque isso foi elemento de discussão e de posição política do próprio Partido dos Trabalhadores, da Presidente Dilma Rousseff, que afirmava, no início da sua segunda gestão, a necessidade de se fazer uma reforma política. Agora não se pode simplesmente negar o discurso que foi feito lá atrás.

A questão é saber que tipo de reforma previdenciária nós queremos fazer. Depois se enfrenta o debate na Comissão Especial, enfrenta-se o debate apontando os excessos, apontando os equívocos, fazendo melhorias no texto. Mas neste momento a Comissão de Justiça precisa aprovar a constitucionalidade, para que nós possamos abrir este debate com o Brasil.

Não se pode apenas, por conta da disputa política, negar que essa reforma é essencial e fundamental para o futuro do País. Não se pode ter postura de um discurso fácil, muitas vezes beirando até a demagogia, e dizer que o Brasil deve se negar a fazer o debate sobre a reforma da Previdência.



Espero, e torço inclusive, que a bancada do Governo e o Governo tenham consciência de que só conseguirão aprovar esse texto se tiverem capacidade de ouvir e dialogar com os diversos segmentos. Obviamente, aqui, como se trata de constitucionalidade, nós precisamos avançar nesse aspecto. Mas, no momento da Comissão Especial, no momento do debate propriamente dito, relativo ao mérito, é preciso ter a sabedoria, a consciência e a clareza de que esse texto deve ser profundamente debatido: debatido com especialistas, debatido com os Parlamentares, debatido com a sociedade.

É importante mostrar à sociedade que é necessário discutir o tema, tendo a consciência de que também será preciso, em alguns momentos, recuar naquilo que está previsto no texto, para poderem ser compatibilizados alguns interesses, para ser aprovado aquilo que for possível, aquilo que for necessário, para que nós possamos dar uma vida a mais, uma vida a um sistema que hoje está passando por dificuldades, por conta da falta de sustentação econômica.

Obviamente, outro aspecto que deve ser considerado é a sonegação das contribuições, a cobrança dos grandes devedores. Essa questão também deve ser enfrentada na Comissão Especial. É importante que o Governo tenha a consciência e a compreensão de que não basta apenas cobrar mais daqueles que já estão contribuindo, prolongar o tempo de contribuição, estabelecer idade mínima, cobrar também de quem está devendo à Previdência.

É preciso ter essa clareza, porque se tornou lugar-comum os Governos permitirem que pessoas jurídicas, empresas grandes do País, passem à margem das contribuições previdenciárias, sem que haja a cobrança desse passivo, desse ativo que está se devendo ao País e conseqüentemente à Previdência brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, nós vamos orientar pela constitucionalidade, reservando-nos o direito de, ao indicar os nossos membros na Comissão Especial, fazer o debate em profundidade, tendo a consciência e a clareza de que vamos propor alterações e sugestões ao texto, de maneira que possamos garantir o equilíbrio da Previdência e, por outro lado, respeitar os direitos das pessoas, sobretudo as mais necessitadas deste País.



Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço.